

Governo quer rasgar a Constituição

O assalto continua

O governo aprovou mais um aumento do IVA (0,25%) e da TSU dos trabalhadores (taxa social única, mais 0,2%) e ainda a substituição, a partir de 2015, da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) por uma contribuição permanente. Em suma: depois da “saída limpa”, o assalto continua. E com ele, o ataque político ao Tribunal Constitucional, cuja missão é defender os direitos essenciais consagrados na lei fundamental do país.



Os resultados das eleições europeias de 25 de Maio convocam toda a cidadania à esquerda para uma reflexão urgente sobre o futuro de Portugal e da Europa, o aumento da abstenção e as próprias escolhas de quem se pronunciou.

Em Portugal, um dos países europeus mais atingidos pelas políticas de austeridade, a resposta social foi

insuficiente para enfrentar a troika e, agora, nas eleições, a polarização à esquerda do descontentamento popular ficou aquém da gigantesca abstenção verificada. As forças da esquerda, em que o Bloco de Esquerda só atinge a eleição de uma deputada, não somam um quinto dos votos. Este tempo apela assim à reflexão sobre o futuro.

Na luta pelo poder entretanto aberta no PS, a crispação entre os dois

protagonistas não ilude o compromisso de ambos com as políticas da UE e a aceitação, resignada ou entusiasta, do Tratado Orçamental, que impõe mais cortes, promove o desemprego, acentua o declínio nacional e a pressão para o êxodo dos jovens. Quem aplicar esta estratégia governa contra o país e não tem uma política de esquerda.

(continua na pág. 02)

CARTA ÀS ESQUERDAS

(continuação)

No caminho para as eleições de 2015, uma esquerda que pretenda protagonizar um caminho efetivamente alternativo para Portugal tem, na nossa opinião, duas obrigações irrecusáveis perante o país: primeira, não dar qualquer apoio a um governo, mesmo que dirigido pelo PS, que prossiga políticas de austeridade como as impostas pelo Tratado Orçamental; e, segunda, construir um amplo campo de recusa das imposições da União Europeia e de concretização de um programa de transformação social fundado no primado dos direitos constitucionais e na universalidade dos serviços públicos. Sobre essa base, é possível uma oposição convergente e reforçada, capaz de se afirmar como alternativa e de triunfar sobre a alternância estéril.

Ao apreciar os resultados eleitorais

na sua Mesa Nacional, o Bloco sublinhou a necessidade de um diálogo aberto entre partidos e forças que lutam contra a austeridade, que saiba juntar energias e envolver cidadãos independentes, ativistas e movimentos sociais, indispensáveis ao esforço para a construção de uma alternativa alargada.

Essa convergência é possível, como ficou à vista nas mobilizações de rua dos últimos três anos, na ação parlamentar comum dos partidos de esquerda, noutras



Catarina Martins e João Semedo
coordenadores do Bloco de Esquerda

iniciativas várias como os fóruns e ações promovidos pelo movimento sindical. Convergência, também, nas propostas de rejeição do memorando e do Tratado Orçamental e pela reestruturação da dívida, desde o Congresso Democrático das Alternativas até ao Manifesto dos 74.

Pela nossa parte, estamos empenhados nesse percurso de pensamento e articulação com vista a formas de convergência de oposição e de proposta em torno de bases programáticas claras que, gerando mobilização e entusiasmo, permitam ganhar força política, social e eleitoral.

A dimensão dos problemas que o país enfrenta exige uma grande convergência das esquerdas. Julgamos que só esse caminho permite abrir um horizonte de esperança a quem não desiste de Portugal.

GOVERNO CHUMBA APOIO AOS DESEMPREGADOS “SAÍDA LIMPA” PARA QUEM?

O governo anunciou o fim do memorando como uma ‘saída à irlandesa’, em que Portugal recuperaria o controlo das suas escolhas orçamentais sem recorrer ao chamado programa cautelar.

Se a Irlanda serve de inspiração, não é pela falsa “saída limpa”. Para a maioria das pessoas, a saída é tão “suja” na Irlanda como em Portugal. Onde Portugal se poderia inspirar é na política irlandesa de apoio no desemprego, mas disso o governo nem quer ouvir falar.

O Bloco de Esquerda apresentou um projeto de lei que visa responder - ‘à irlandesa’ - ao número elevadíssimo de pessoas no desemprego e sem qualquer apoio social. Como referiu o líder parlamentar do Bloco, trata-se de enfrentar este flagelo social e responder à necessidade de dar apoio a quem está completamente desprotegido. Pedro Filipe Soares lembrou que “na Irlanda existe apoio sem limite temporal para todos aqueles que estão no desemprego. O Bloco não faz uma

transposição direta mas é certa a ideia de que ninguém no desemprego pode estar completamente desprotegido”.

O governo não teve falta de solidariedade com os mercados financeiros.

Os bancos contaram com 12 mil milhões de euros para a sua recapitalização. Mais de metade desse dinheiro, pelo qual o Estado paga juros, está parado em depósitos do Estado. Poderia ser utilizado para salvar as pessoas.

O BLOCO EXIGE DEVOLUÇÃO DO QUE FOI ROUBADO E DEMISSÃO DO GOVERNO



Todos os orçamentos de Estado até agora apresentados pelo governo foram declarados ilegais por desrespeito à Constituição, ao violarem garantias asseguradas aos pensionistas e aos trabalhadores do Estado.

Em maio, o Tribunal Constitucional voltou a chumbar medidas orçamentais. Comparadas com os aumentos de impostos e cortes

nos salários e serviços públicos feitos ao longo dos últimos três anos, as novas medidas do governo até são coisa pequena. Mas, ao ameaçar com a sua demissão e o fantasma de uma "crise política", o governo pretende chantagear o próprio Tribunal Constitucional. A maioria de direita pretende tornar mais fácil a aprovação futura de medidas inconstitucionais. Na realidade, seria um alívio para a população se o governo se demi-

tisse ou fosse demitido pelo presidente. E essa é mais uma razão para o Bloco de Esquerda se empenhar no combate pelo integral respeito pela autonomia do Tribunal Constitucional. O Bloco exigiu ao governo o pagamento em junho dos salários da administração pública e das pensões de sobrevivência, sem qualquer corte, de acordo com a decisão do tribunal.



O BLOCO PROPÕE

Diminuir o prazo de garantia necessário para aceder:

- ao subsídio de desemprego: de 365 dias para 180 dias num período de 24 meses imediatamente anterior à data do desemprego;
- ao subsídio social de desemprego: de 180 dias para 90 dias nos últimos 12 meses.

Acesso ao subsídio social de desemprego a todos os desempregados de longa duração, até obterem emprego ou atingirem a pensão de velhice.

Acesso à pensão de velhice antecipada para os desempregados que cumpram os requisitos de idade e carreira contributiva, independentemente de estarem a receber subsídio de desemprego.



PS PROPÕE LEI QUE CHUMBOU NO MÊS ANTERIOR

Em abril, o PS votou contra os projetos de lei da esquerda que visavam separar negócios e política, através do reforço das incompatibilidades profissionais dos deputados e da sua exclusividade de funções. Em maio, o líder do PS anunciou que iria propor uma nova lei que fosse no sentido... das propostas que acabara de chumbar na Assembleia da República.

Manuel Pinho, o ex-ministro da economia do governo PS, está a negociar a sua reforma antecipada do grupo Espírito Santo, com uma indemnização de 3,5 milhões de euros.

Pinho recebe 50 mil euros mensais como administrador do BES África. O BES África inclui a participação no BES Angola, banco que o governo angolano se terá comprometido a recapitalizar depois de terem desaparecido dos seus cofres mais de 5 mil milhões de euros, uma quantia ao nível do escândalo BPN. Nesse período, o presidente

do banco era o capitalista angolano Álvaro Sobrinho, proprietário do semanário Sol, das conservas Bom Petisco e de uma quota na SAD do Sporting.

ACIMA DAS NOSSAS POSSIBILIDADES



Enquanto em Angola a riqueza do país é usada para pagar a acumulação da elite local, por cá assistimos à circulação permanente entre os lugares de decisão política e os altos cargos privados onde os ex-governantes constituem fortunas. Cá como lá, só a recusa do poder ilimitado de uma casta reduzida pode impor uma democracia verdadeira.

EM BLOCO PELA REPÚBLICA ESPANHOLA!

No dia da abdicação de Juan Carlos II, as eurodeputadas do Bloco Marisa Matias e Alda Sousa participaram na manifestação que juntou em Bruxelas representantes do Syriza, Esquerda Unida e do novo partido espanhol Podemos, que acaba de aderir ao grupo parlamentar da Esquerda Europeia.

Empunhando as bandeiras tricolores e entoando slogans repu-



Alda Sousa e Marisa Matias com Teresa Rodriguez (ao centro), a nova eurodeputada do PODEMOS

blicanos, as centenas de pessoas que aderiram ao protesto, convocado no dia da abdicação do monarca espanhol, exigiram um referendo para que a população possa decidir a forma de organização do Estado espanhol.

A monarquia voltou a ser imposta aos espanhóis após a morte de Franco. Mas a Segunda República espanhola, instaurada em 1931 e derrubada pelo golpe franquista, nunca foi revogada por referendo

ou por qualquer forma de auscultação popular.

A exigência de um referendo a uma monarquia envolta em escândalos de abuso financeiro - e que foi sempre poupada aos cortes impostos aos cidadãos - tem ganho enorme apoio popular.

Ao contrário do PS espanhol, que continua a sustentar o regime monárquico, a esquerda sabe que só a democracia pode garantir a representação do povo.